

A Conferência Inter-Sindical Marítima

Foram discutidos vários problemas de interesse para a organização das classes marítimas

Proseguiu no domingo transaccão a Conferência Inter-Sindical Marítima. Conforme referimos foi a segunda vez que se iniciou a referida conferência pois a primeira foi proibida de continuar, por uma iníqua e estúpida intervenção policial.

A sessão inaugural da conferência começou cerca das 14 horas. Presidiu Silva de Noronha; António Pinto Santos e Manuel Marques secretariaram Silvino de Noronha pronuncia um rápido discurso salientando o valor da conferência concluiu por saudar os organismos que a ela aderiram.

E' nomeada uma comissão de pareceres sendo suspensa a sessão. Esta recorre às 15 horas. Aderiram 29 sindicatos e estão presentes 27.

E' lido o parecer da comissão revisora de mandatos, tratando-se sobre a animada discussão na qual tomaram parte entre outros, delegados dos pescadores, Oliveira Mendes, José de Oliveira, Manuel Rodrigues, José Alves, António Fernandes, apresenta um protesto contra as perseguições e prisões de operários e apreensões de *A Batalha*. Aprovado. E' a seguir aprovada uma proposta de António dos Santos Machado para que se suspenda a sessão por dois minutos em sinal de protesto contra o bárbaro fuzilamento dos Olivais.

O delegado do sindicato marítimo de Vila Franca fala no sentido de a Federação Marítima fazer justiça aos fragorosos daquela localidade.

Procede-se à leitura do regulamento da conferência.

Morais, da Liga dos Oficiais da Marinha Mercante, propõe que esta tenha voto deliberativo. Esta proposta não chegou a ser discutida pela intervenção estúpida da polícia que mandou evacuar a sala não permitindo que a conferência prosseguisse.

Remodelação da estrutura da organização

A 1.ª sessão foi presidida por Manuel Rodrigues, secretariado por António Brás e José Cunha.

Aguiar, secretário geral da Federação Marítima, fez considerações a respeito da autoridade ter evacuado a sala e pede para que a assistência se manifeste exclusivamente sobre os trabalhos da organização marítima.

Em seguida é aprovada depois de alguma discussão a proposta de Morais na qual se preconiza que os sindicatos não aderentes à Federação Marítima tenham voto consultivo e deliberativo.

E' aprovado o regulamento da Conferência.

Os sindicatos não aderentes à Federação Marítima congratulam-se por lhes ter sido concedido o voto deliberativo. Procede-se à leitura da tese "Remodelação da estrutura da organização".

António Fernandes diverge da 4.ª conclusão da tese, enviando para a mesa um aditamento ao mesmo artigo.

José de Almeida pede ao relator da tese, que dê explicações sobre a imperfeição da organização marítima.

Silvino de Noronha replica, dizendo que se constata nos movimentos marítimos a imperfeição da organização, que existem classes de fácil substituição e acentua a necessidade da criação dos sindicatos de indústria.

José de Almeida pergunta como se pode organizar amanhã a produção e a distribuição.

Silvino de Noronha diz que poderia trazer grandes trabalhos a tal respeito mas que não achou muito lógico devido a que a organização da produção e da distribuição tem de ser um facto internacionalmente.

José de Almeida replica que a Cooperativa dos Catraceros quer ter a sua situação definida e pergunta em que bases deve assentar a sua estrutura futura.

A Conferência não deve resolver trabalhos no ar para que não aconteça como no Congresso Marítimo de Matosinhos que de tanto trabalho que aproveitou para a C. G. T. leve a efeito para por termo à tirania que se está fazendo sentir.

A direcção do Sindicato dos Compositores Tipográficos, na sua última reunião, apreciando o ambiente actual, resolveu protestar contra as prisões e perseguições injustificadas de operários e contra a apreensão do órgão dos trabalhadores *A Batalha*, simplesmente porque elucida convenientemente a opinião pública.

O comité de Propaganda e Organização Anarquista do Porto protestou contra as perseguições à classe operária e sistemática apreensão de *A Batalha*. Por último resolveu saudar a ideia de um movimento que tem combatido todos os escândalos e violências.

O Núcleo da Juventude Sindicalista de Guimarães enviou-nos um indignado protesto contra o bárbaro fuzilamento dos Olivais, perseguições a operários e iníqua apreensão de *A Batalha*.

A comissão administrativa do sindicato do Arsenal do Exército aprovou na sua última reunião um protesto contra a sistemática apreensão do jornal *A Batalha* e uma saudação ao seu corpo redactorial pela sua atitude desassombrada.

Protestou também contra o bárbaro fuzilamento dos Olivais resolvendo abrir subscrições para as famílias das vítimas em todas as oficinas do Arsenal.

Reuniu a comissão administrativa do sindicato dos confeiteiros, tendo deliberado protestar contra o bárbaro fuzilamento dos Olivais, perseguições contra a classe operária e a apreensão sistemática de *A Batalha*.

A comissão administrativa do S. U. dos Operários da Indústria do Calçado, Curos e Peles de Guimarães oficiou ao ministro da Justiça protestando contra o premeditado assalto à *Batalha* e as arbitrárias apreensões.

O Grupo Educação Social dos Manipuladores de Pão do Porto protestou na sua última reunião contra as arbitrárias prisões de operários inocentes e contra a censura e ameaças feitas a *Batalha*.

O sindicato dos tanoeiros de Lisboa aprovou um enérgico protesto contra o massacre realizado pela polícia nos Olivais.

A BATALHA

NA PROVINCIA E NOS ARREDORES

Terrugem

Um «bom» cristão...

TERRUGEM, 7.—Há nesta localidade de um lavrador que, mostrando-se muito religioso, demonstra também, ser muito explorador da humanidade...

Na última semana de Maio contratou 15 mulheres para lhe ceifarem a seara, prometendo pagar-lhes como os mais lavradores e dar-lhes o almoço.

As mulheres, muito satisfeitas com a promessa, trabalhavam quando podiam, mas, no sábado, ouviram com espanto que iam ser descontados a cada uma 2500 réis pelo almoço, o que indignou sobremaneira.

O homem, vendo que elas não voltariam ao trabalho, resolveu suavisar um pouco a extorsão passando a descontar-lhes 1500, mas ainda assim ficaram lesadas como vai ver-se pela seguinte nota das despesas do almoço:

250 gramas de manteiga, 250; 4 quilos de pão a 1800 6540; 2 quilos de batatas, 4800; sal, salsa, pimenta, etc., 330; um litro de azeitonas, 1800; meia arroba de lenha, 550. Total, 14570.

Descontando-se às 15 mulheres 22500 verifica-se que o lavrador «empochou» indevidamente 7570.

A jorna das mulheres é de 8500 réis, que ficou reduzida a 6500 com o tal «desconto» pelo almoço, enquanto o «benéfico» patrão vai recolhendo diariamente, muito «cristão», e sem trabalhar uma «gratificação» de 7580! Por isto se pode avaliar da sinceridade dos seus sentimentos religiosos...

Setubal

Uma cobardíssima agressão!

SETUBAL, 7.—Na sexta-feira, passada deu-se um caso no qual, que revoltou a gente que a presenciou ou dele teve conhecimento.

Dentro de um barco encontrava-se Raúl dos Santos, de 14 anos, sendo intimado a sair de ali pelo substituído do capitão do porto. Como não obedecesse prontamente, este cavalheiro, já celebrado pela sua brutalidade e conhecido pelo «sobriquete» de «Zé da Mantelgada», ameaçou-o com um tiro!

Os Santos assustado com a ameaça, saiu do barco e quando se dirigia para terra o selvagem agrediu-o com uma bengalada na cabeça, bem violenta que a bengala quebrou-se e o pobre rapaz caiu no rio, onde ter a morrido afogado se dois homens que perto se encontravam não corresse a salvá-lo!

O tal «Zé da Mantelgada» é usário e vezeiro em proezas deste quilate e contra ele há na polícia e sobre o caso que relatamos uma participação que, estamos vendo, efeito algum fará...

Raúl dos Santos já não tem pai, vivendo com sua mãe e três irmãos mais pequenos, os quais ajuda já sustentar com o seu exiguo salário.

Ter o Suplemento de A BATALHA

uma outra organização que pretende preterir aquela.

A Conferência não autoriza o orador a prosseguir por o organismo de que se diz fundador, ter abandonado a sala na 1.ª sessão e também por ele não trazer «lealdade».

Depois dum troca de explicações em que intervieram vários delegados, Manuel António diz que se têm feitos ataques injustos aos estivadores pois que estes têm sido bastante leais dentro das classes marítimas. Os estivadores não trabalham unicamente nos navios ou barcos de vela mas também nos fragatas, visto nestas existir também trabalho de estiva. Os estivadores nunca se metem nas atribuições dos descarregadores.

João Tomás Lopes, declara não pretender atacar sindicatos ou classes. Há quatro classes fluviais que vêm discutindo entre si, às vezes com alguma acrimónia os serviços que a cada uma pertencem. Afirma que o fragateiro faz trabalho de estiva, refere-se à descarga por maquinismos ser preferida por alguns consignatários por a acharem mais barata o que prejudica os descarregadores.

Manuel Rodrigues cita vários casos em que, segundo afirma, os descarregadores do Porto de Lisboa tem prejudicado os interesses dos descarregadores de mar e terra.

Afirma que os descarregadores de mar e terra estão organizados há 28 anos e tem sempre cumprido o seu dever profissional.

Afirma que o conselho federal da Federação Marítima já reconheceu que o «carvão igado» pertence aos descarregadores de mar e terra.

Termina, propondo que o trabalho baixe à comissão organizadora do próximo congresso, a fim deste a transformar em tese, para então então se resolver definitivamente, mas sem prejuízo dos oradores inscritos.

Silvino Noronha apresenta um requerimento nesse sentido. E' aprovado.

Falam ainda sobre o assunto, José Cunha, Artur Branco e José Francisco, que apresenta um trabalho que baixa também à comissão.

A sessão é encerrada pouco depois da meia noite.

Fraternidade...

Um polícia agressor

Contaram-nos que no sábado, quando alguns operários jantavam, ao meio-dia numa taberna da rua da Emenda, guarda 976 da 1.ª esquadra, que ali entrara, ao que parece embriagado, provocou alguns delles. A saída sem mais nem menos socou o operário António Caldeira, facto que juntou bastante gente que protestou contra a brutalidade do agressor.

Um soldado da G. N. R. idem

Queixas-se Segundo Hernando, pedreiro, que no domingo pelas 20 horas, no Arco do Cego, um soldado da guarda republicana, a pretexto de dispersar a multidão que pretendia entrar para os «elétricos», lhe deu uma forte coronhada nas costas. O povo protestou indignadamente contra o agressor.

SOLIDARIEDADE

Comunica-nos o operário do município Alfredo Pereira Vaz, preso na Trafaria, ter recebido do seu sindicato as quantias de 50540 e 4415, provenientes de quotas realizadas em favor dos presos da classe.

Vala do Carregado

A associação dos descarregadores causa engulho a alguns burgueses

VALA DO CARREGADO, 7.—Nesta localidade constituiu-se uma associação de classe dos descarregadores de Mar e Terra, que funciona legalmente desde 26 de Abril do corrente ano. Quasi todos os trabalhos são efectuados pelos associados, mas o exportador de vinhos, sr. Alfredo Carvalho, morador na Castanheira do Ribatejo e possuidor de um armazém de vinhos no Póço do Bispo, jurou não dar o seu trabalho de cargas e descargas aos associados, pois considerava muito caro rolar um casco cheio (às vezes a grande distância) metê-lo na embarcação e ajudar a colocá-lo por 1500, e por 550 descarregá-lo e colocá-lo vazio onde os guardas o determinam.

E quem lhe carrega e descarrega os vinhos? E' também o que convém tornar público para que os operários e trabalhadores em geral conheçam quem são os nossos traidores e bem assim da classe marítima.

São eles José Bernardo, arrais do barco dos sr. Jor. e de Carvalho & Irmão e o respectivo camarada, Joaquim Martins, ambos moradores no Póço do Bispo.

Estes dois barqueiros prestam-se não só a traíção aos descarregadores de Vila Franca, Manuel Vicente Carracha e José Manuel Vicente Pício, os quais foram despedidos do barco por não quererem traíção aos descarregadores, pois negaram-se a meter ou tirar a carga, dando assim uma alta prova de consciência.

Além dos dois traidores já apontados, temos o tanoeiro Joaquim Bicho, que se diz associado no sindicato dos tanoeiros de Lisboa, o cocheiro António Ventura, da Castanheira, e o escriturário Germano Pais, da mesma localidade.

Todos eles se mirram de baixo do parafuso prestando-se a fazerem quanto este quer, não se lembrando de que, sendo também operários não ficarão satisfeitos se lhes tirassem o pão...

Há aqui um despachante, de nome Custódio Joaquim da Cruz, que não pôde suportar a associação.

Dos camaradas associados que tem tratado com ele, uns para receberem dinheiro, outros por questões de trabalho, ainda nenhum foi bem recebido.

Os exportadores de frutas mais sensatos já entregaram aos componentes da associação os seus serviços de cargas e descargas, mas os renitentes mantêm uma incompreensível atitude, não por que seja exorbitante a tabela, mas porque a associação lhes causa engulho...

N'gã-m-se a pagar o trabalho já feito pelos associados os sr. António Bernardino Gomes, Henrique Rodrigues & Ferreira e José Domingos Barreiro, os quais devem respectivamente 40550, 68500 e 115500.

Estes roubos feitos ao pobre são pilhados com indiferença pelas autoridades, mas se um pobre faminto arrebita um pão prendem-no e condemnam-no a 1.ª C.

Clamando no deserto

O tenente Alfredo de Sousa Azevedo, desterrado em Pinhel, pede-nos a publicação da seguinte cópia, que enviou a quem de direito:

Ex.º Sr. Doutor Delegado do 3.º Juízo de Investigação Criminal da Comarca de Lisboa.

Alfredo de Sousa Azevedo, maior oficial dos Correios de Lisboa, residente em Lisboa, apresentando com residência eventual e forçada em Pinhel, indevidamente militarizado, participante no processo que, por defeito (12) participações, legalmente, e em conformidade com as Leis da República move contra os cidadãos António Xavier Correia Barreto, Fernando Augusto Freitas, Francisco Homem de Figueiredo, seus cúmplices e seus agentes, vem por esta 13.ª via participar o seguinte:

No dia quatro do corrente mês foi ordenado telegraficamente, pelo cidadão Américo Olavo Correia de Azevedo, oficial do exército, o qual exerce presentemente o cargo de membro do Poder Executivo, que o participante fosse encarcerado em prisão fechada no Forte da Graça, em Elvas, durante 20 dias; tempo depois desterrado para Pinhel, onde ainda se encontra, violenta, arbitrária e inconstitucionalmente militarizado; pretende ainda o referido cidadão Américo Olavo que o participante o informe das acções, ou actos que no uso de seus invioláveis direitos exerce, já como cidadão, já como jornalista.

Ora o participante está pela força da violência em serviço militar, e não por consequência de Lei alguma que a isso o obrigasse, e portanto inconstitucionalmente em serviço; não foi decretada a mobilização, nem legalmente dos Serviços dos Correios saiu, mas sim, e, é, pois em vista do exposto, clara e manifesta violação a das Leis por parte deste acusado, Américo Olavo, o qual abusando de seu ius quer pretenda assim pela violência e desrespeito pelas leis, talvez encobrir os crimes dos quais apresente participações em juízo.

Ignora ainda o participante os motivos inventados pelo referido acusado Américo Olavo, pelos quais abusivamente ordenou a sua prisão em Elvas.

Assim nestes termos está o participante sendo vítima de mais um violento ataque que aos seus invioláveis direitos prescritos na Constituição Política da República, e, havendo em tudo matéria crime prevista no n.º 4 do artigo 55 da Constituição, o participante a V. Ex.ª, a fim desta participação ser junta às 12.ª já entregues para que o mesmo cidadão Américo Olavo responda no mesmo processo, em conformidade com o determinado pela Lei de Responsabilidade Ministerial, Alfredo de Sousa Azevedo, oficial dos correios, voluntário ferido da guerra, desterrado em Pinhel.

Lisboa na rua

Rendimentos dos operários

Na Quinta da Carapinha em Corroios, Costa de Caparica, andavam ontem vários trabalhadores abrindo um poço, entre eles Domingos de Almada Gambeta, de 25 anos, natural e residente naquela localidade, quando, de súbito, umas pedras se despenharam, dando uma delas colheu o Domingos e deixando-o muito confuso no torax.

Recebidos ali os primeiros socorros foi depois transportado para Lisboa e conduzido num auto da Cruz Vermelha ao Hospital de S. José, onde foi devidamente pensado, recolhendo em seguida à sala de observações.

Na enfermaria de Santo António deu entrada João Machado, de 16 anos, operário da Fábrica de Rolhas da Abela, natural e residente na Granja, Vila Franca de Xira, que na mesma fábrica foi colhido pela engrenagem de uma máquina, ficando muito ferido no braço esquerdo.

Feridos numa desordem

No banco do Hospital de S. José receberam curativo, seguindo depois para casa, Acácio Martins, de 50 anos, comerciante, residente na calçada Marquez de Tancos, 11, r/c, e o guarda da Polícia Civil, 697, Manuel de Almeida Mucagata, que numa desordem na rua da Palma, ficaram feridos o primeiro na cabeça e o segundo no dedo mínimo da mão direita.

Atropelamento mortal

Na enfermaria de Santa Joana faleceu ontem, Cecília Cesar, de 50 anos, natural de Alcochete e moradora na rua Ribeiro Sanches a qual foi atropelada por um automóvel na calçada da Pampulha.

Imposto sobre o valor das transacções

A Comissão nomeada na reunião dos contribuintes do 1.º Bairro Fiscal, efectuada na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa em 20 de Maio findo, convidou todos os interessados a comparecer amanhã, 11 do corrente, pelas 21 horas, na sede da referida colectividade, a fim de lhes dar conhecimento do resultado das suas demarchas, junto dos sr. ministros das Finanças e Director Geral de Finanças.

Mutualismo e Cooperativismo

Federação Nacional das Cooperativas.—Para prosseguir na discussão da reforma dos estatutos, reúne hoje às 21 horas, a assembleia geral, na sede da Associação dos Chauffeurs, largo de São Domingos edifício do antigo quartel geral.

Teatro APOLO

— HOJE —
A celebrada comédia
O COMISSARIO DE POLICIA

MARIA MATOS interpreta
D. Maria Xavier
ESTEVAO ALEGRIIM
o comissario de policia

MÚSICA

O concerto do pianista Botelho Leitão

O pianista Botelho Leitão, delicada sensibilidade artística para quem o piano não é, como para muitos, uma simples distração, servindo outros para refinamento cada vez mais apurado, de faculdades estéticas, deu o recital no teatro Nacional, como que em apresentação ao público que ainda o não conhece, a sala quasi cheia, o que é para registar em concertos de solistas, ainda mesmo, muitas vezes, quando os seus nomes conquistaram já, uma certa fama.

Estava a sala quasi cheia, o que é para registar em concertos de solistas, ainda mesmo, muitas vezes, quando os seus nomes conquistaram já, uma certa fama.

Botelho Leitão é um pianista fino, aristocrático, que não busca deslumbrar pela exteriorização exagerada do seu empuiso.

O seu sentimento é recatado, simples, dum serenidade afectiva. Não o conhecemos pessoalmente, conhecemo-lo somente através das audições que tem dado na Liga Naval. E sem querermos alardear de grandes psicólogos, apresentamos assim, e cremos que não andamos muito longe da verdade.

Botelho Leitão é um contemplativo de Beleza, as sensações fortes não o encantam, há no seu temperamento artístico um certo equilíbrio de faculdades que lhe não permitem arroubos escusados de estelisação que iriam vexar a intimidade do seu sentir ferido de palpitação serena e dócil. A sua própria fisionomia calma e melancólica o diz.

Vejamos pois o que ele sentiu melhor e mais exactamente; o primeiro andamento de Lima Fragoso, página musical dum tenura encantadora, o primeiro «andamento do concerto em si menor» de Chopin e a valsa deste compositor, que tocou fora do programa.

Depois o trecho que melhor executou foi a «Tocatta» de Schumann, cujo rigor de técnica tem certos requiebrs e modelações notulares que muito se confundem com o sentimento artístico de Botelho Leitão.

De List gostámos menos, principalmente da Rapsódia que executou «horas» programadas.

Botelho Leitão tem diante de si um futuro propício ao desenvolvimento das suas faculdades de pianista, se orienta o seu espírito num sentido certo.

Nada de dispersões de sentimentos, nem de variantes de escolas.

Deve dedicar-se exclusivamente aos estudos que melhor se acomodem à virilidade da sua alma de pianista.

Nogueira de BRITO

Teatro Nacional

Inauguração da época de verão com o pitoresco, esplêndido e popular drama de DECOURCELLE

Os Dois Carafos

SECÇÃO NATURISTA

A felicidade pelo naturismo

A saúde é, na verdade, a maior felicidade que podemos disfrutar, porém, a maioria dos homens só aceita este princípio como grande verdade, quando debaixo das garras da doença, quando a natureza se mata.

Não nos devemos deter passivos, quanto ao cultivo da saúde, pois é por intermédio dela que conseguimos alcançar a verdadeira felicidade.

O homem trilhou caminho errado, quando convergiu toda a sua atenção para o dinheiro, na ansia de com ele gozar muito, ignorando que o gozo, tal como hoje é interpretado, apenas o pode conduzir ao maior dos sofrimentos e degradações.

Os seres mais felizes são os que, conscientes ou instintivamente, obedecem às leis da vida sã; é que a alegria, a saúde, a felicidade, só no seio da Natureza podemos encontrar.

O homem normal sente-se profundamente triste, ao ter necessidade de conviver com um meio onde a banalidade, o ócio e o vício, são a trindade predominante.

E' pois, lendo um bom livro, contemplando os nossos filhos (aqueles que tem a felicidade de os ter), admirando uma obra de arte, ouvindo o trinar dos passarinhos, vendo o despojar do sol no horizonte, espalhando os raios ardentes sobre a terra aquecida de luz; aproximando-nos dos campos, quais tapetes de flores que nos encantam e maravilham, enfim de tudo quanto a Natureza criou e que nos oferece para que sejamos saudáveis, alegres e bons.

Estais tristes?—Ide, pela calada da noite, aos campos e absorvei o perfume balsâmico dos musgos e dos pinheirais, e ouvindo com atenção o murmúrio das águas serenas dos riachos e a brisa que inicia por entre as ramagens das árvores frondosas, e depois volvi os olhos para o espaço infinito e contemplai os sois brilhando dentro o azul ferrete ou do escuro do céu, então sentirás que uma alegria, jamais tão sentida te invade a alma.

A alegria é o melhor bálsamo que purifica o corpo e aromatiza a alma; sente, a melhor alegria é aquela que se sente e não a que se vê.

Não são o ouro, a prata e o orgulho, que nos podem dar a felicidade.

A nossa riqueza, a nossa felicidade deve ser o curso da nossa inteligência, das nossas qualidades morais, a saúde do nosso corpo.

A humanidade, cega pelo seu injustificável orgulho, procura inutilmente a felicidade.

Mas de que modo procura o homem a sua felicidade?

Promovendo, embriagado, a carnificina, explorando, galgando sobre os montes de cadáveres, reduzindo à fome e ao raquitismo multidões inteiras, enfim, transformando o mundo num verdadeiro calvário!

E' assim que o homem de hoje pretende ser feliz, ignorando que a verdadeira felicidade é trabalharmos para a felicidade comum, princípio este que só pode ser um facto quando ele, emnos por lei máxima o dever ditado pela consciência.

«Conhece-te a ti mesmo, ouve a voz da tua razão, segue-a e obedece-lhe, rasga a todas as leis dos homens, destrói todos os seus preconceitos e aproxima-te da Natureza: assim serás livre e feliz».

Estas palavras foram escritas há milhares de anos pelo sábio naturalista e imortal Pitágoras.

Lion de CASTRO.

Quem perdeu?

Na administração de *A Batalha* encontra-se uma argola com 6 chaves que serão entregues a quem provar pertencêr-lhe.

Esclarecimento

Da leitura da carta que ontem publicámos, assinada pelo presidente do sindicato dos Estivadores do Porto de Lisboa, pode inferir-se erradamente que o subsídio de 10500 é concedido aos sócios sem trabalho, o que se tornava impossível em virtude da exigência dos fundos do sindicato para arcar com o grande encargo.

O referido subsídio é concedido aos que se encontram doentes e, por consequência, impossibilitados de trabalhar.

Ecos da greve corticeira

Nota do sindicato de Vendas Novas

Este sindicato agradece a todas as pessoas e colectividades que auxiliaram moral ou materialmente os grevistas e em especial aos sr. Alfredo da Silva, Manuel Pinheiro e Diogo Marino, que levaram a efeito um benefício no Circo Mexicano, cuja companhia, composta dos artistas sr. António Marques, José Baptista, Napoleão Sarmiento, Serafim, Sarmiento e Carlota Sarmiento, se pronuncia a desmerecer o espectáculo gratuitamente.

FUTEBOL

Resultados dos desafios de ontem

Sporting-Benfica, 2-1.
Benfenses-Império, 2-0.
Sporting-Vitória, 1-0.
Benfenses-Sporting, 1-1.

Curso de Bibliografia Pedagógica

Realiza-se hoje a 3.ª lição deste curso. Continua a ser tratado e apreciado pelo dr. sr. António Sérgio o livro de Hodge «Nature Study and Life».

Coliseu dos Recreios

Dedicado às Festas da Raça, realizou hoje no Coliseu dos Recreios a última representação da célebre ópera de maestro Verdi, *A Traviata*, cantando o tenor italiano Foggi a linda romanza *Camões*. O Col. dos Recreios é hoje o ponto de reunião de gente de bom gosto.

DA PROVINCIA

Corticeiros de Vendas Novas.

Na assembleia em que foi decidido retirar o trabalho em harmonia com o acordo estabelecido entre a Federação Corticeira e a secção de cortiça da Associação Industrial, aprovou-se uma proposta para que, durante a greve, os corticeiros trabalhassem nas fábricas da localidade operários não sindicados. Foi aprovada também uma moção cuja conclusão determina que se cumpram integralmente o horário de 8 horas, trabalho de jornal ou de empreitada, uniformizando-se o mesmo horário com o acordado entre o sindicato e os industriais em 13 de Outubro de 1922.

DESPORTOS

O IV CONGRESSO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

tem decorrido com entusiasmo, mas sem conflitos, tendo-se tomado resoluções de importância não só para o progresso da classe como da organização operária em geral

2.ª sessão

TOMAR, 9. — Às 20 e meia horas de ontem foi aberta a 2.ª sessão, presidida pelo Ribeiro Dias, do Sindicato do Porto, secretário João da Silva, de Messines, e António de Sousa Salvação, da Pareda.

Foram lidas as deliberações do Núcleo Juventude Sindicalista de Guimarães; do Sindicato da Construção Civil da Covilhã, comunicando também não poder enviar delegado em virtude da falta de verba; dos delegados da Federação de Alentejo, Coudro e Pêlos em propaganda a provincia pró-congresso corporativo do Sindicato da Construção Civil de Oeiras, acreditando delegado João Miranda; do Sindicato da Construção Civil de Setúbal, nomeando delegado Alfredo Lopes.

Manuel Teodoro lembra para que se este junto do Sindicato de Setúbal a fim de dar ingresso na Federação.

José Casquilho, de Tires, e da mesma opinião sobre a Federação de Oeiras. O congresso admitiu as delegações indirectas de Setúbal e Oeiras.

O presidente, antes de se entrar na ordem do dia, trabalhou, saúde o congresso esperando que a seriedade de todos os delegados concorra para o bom resultado dos trabalhos. Saúde também os preses por questões sociais, a C. G. T. e a Batalha na pessoa dos seus representantes directos.

Concedida a palavra a M. da Silva Campos, secretário geral da C. G. T., depois de saudar o congresso, diz que a classe da construção civil é das células mais importantes da organização operária não só pelo seu passado revolucionário como pelas suas afirmações de consciência.

A classe da construção civil tem procurado atingir um grau de perfeição de maneira a produzir-se a transformação social com mais rapidez e segurança.

Diz que o sindicalismo pretende terminar com a exploração do homem pelo homem, o principal mal de que enferma a sociedade presente, acabar de ver com todos os privilégios que são o principal factor da miséria em que se vive.

Alarga-se em considerações de ordem sociológica, terminando por incitar os trabalhadores da construção civil a prosseguir no caminho encaixado para fazer a nova sociedade de amor e justiça.

Alargando-se, quando Silva Campos terminou, interrompe em manifestações calorosas a C. G. T. e a Batalha.

Marcelino da Silva, faz também largas considerações sobre os trabalhos já produzidos pela construção civil que são de relativa importância para a preparação dum futuro melhor.

Falam ainda Manuel Teodoro, de Olhão, e Félix Gomes, do Porto.

A tese «A crise trabalho e de habitação»

Entra-se na ordem dos trabalhos, procedendo Alfredo Lopes, relator, à leitura da tese «A crise trabalho e de habitação».

Sobre a primeira conclusão falam João Caldeira, João Miranda, Félix Gomes, Manuel Teodoro, Agostinho Fernandes Carvalho, Artur Marques e Alberto Dias, apresentando João Miranda a seguinte proposta:

«Proporção para que a reclamação a formular pela Federação para o cumprimento da 1.ª conclusão da tese «Crise de trabalho e habitação» seja a seguinte: Que sobre a propriedade por construir ou terrenos a tal destinados, seja lançado um tributo igual ao das propriedades construídas».

Seguem no uso da palavra José Casquilho, João Caldeira, Marcelino da Silva, Amaro Pinheiro e Alfredo Lopes, sendo depois aprovada a 1.ª conclusão com a proposta de João Miranda.

Sobre os números seguintes fazem uso da palavra vários delegados, sendo alterado o n.º 6.

Ao n.º 8, Alfredo Lopes, relator, faz sentir a necessidade dessa conclusão porquanto há conveniência de que a instrução irradie por todo o país e por isso é preciso que se construam edifícios para escolas que tanta falta estão fazendo. Os actuais detentores do regime, que no tempo da propaganda afirmavam que o que mais os preocupava seria a instrução do povo, não tem correspondido a essas promessas, não havendo escolas em muitos pontos do país e em outros pontos os respectivos edifícios estão em ruína. Torna-se necessário, pois, que se reclame de quem de direito a construção de edifícios escolares, não só contribuindo para debelar a crise de trabalho como para que a instrução ao povo se intensifique.

Falam ainda sobre a maneira de administração das construções os delegados Alexandre Assis, José da Silva, João da Silva e Amaro Pinheiro.

Augusto César da Silva diz que a população infantil escolar em Olhão é de 3000 crianças quando só pode receber instrução 516, em virtude da falta de edifícios escolares, sendo depois aprovado o n.º 8.

Os n.ºs 9, 10, 11, 12, 13 e 14 são aprovados, sendo igualmente aprovadas as alíneas respectivas, ficando assim redigidas, com as devidas alterações, as conclusões da tese:

1.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

2.ª que em caso de não obediência por parte dos proprietários ao número interior, o governo mobilise as referidas construções acabando por Administração directa do Estado, ou abrandando concurso público para a sua conclusão;

3.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

4.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

5.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

6.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

7.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

8.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

9.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

10.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

11.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

12.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

13.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

14.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

15.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

16.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

17.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

18.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

19.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

20.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

21.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

22.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

23.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

24.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

25.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

26.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

27.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

28.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

29.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

30.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

31.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

32.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

33.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

34.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

35.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

36.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

37.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

38.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

39.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

40.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

41.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

42.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

43.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

44.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

45.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

46.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

47.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

48.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

49.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

50.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

51.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

52.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

53.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

54.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

55.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

56.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

57.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

58.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

59.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

60.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

61.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

62.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

63.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

64.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

65.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

66.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

67.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

68.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

69.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

70.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

71.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

72.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

73.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

74.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

75.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

76.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

77.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

78.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

79.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

80.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

81.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

82.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

83.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

84.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

85.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

86.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

87.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

88.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

89.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

90.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

91.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

92.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

93.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

94.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

95.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

96.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

97.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

98.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

99.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

100.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

101.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

102.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

103.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

104.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

105.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

106.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

107.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

108.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

109.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

110.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

111.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

112.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

113.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

114.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

115.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

116.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

117.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

118.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

119.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

120.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

121.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

122.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

123.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

124.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

125.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

126.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

127.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

128.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

129.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

130.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

131.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

132.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

133.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

134.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

135.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

136.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

137.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

138.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

139.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

140.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

141.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

142.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

143.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

144.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

145.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

146.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

147.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

148.ª que o governo force os proprietários das construções que se encontram paralisadas a recomenciar no prazo máximo de 60 dias;

SECCÃO DE LIVRARIA

DE "A BATALHA"

LISBOA—Calçada do Combro, n.º 38-A, 2.º—PORTUGAL

Além das obras anunciadas, fornecemos outras de vários autores e editores. Enviamos com a maior prontidão para o continente, ilhas, colónias e estrangeiro, mediante a remessa antecipada da importância das obras pedidas.

Os preços de porte, além dos mencionados abaixo fazemos mais os seguintes:
Continente—Encomendas postais até 6 quilos 5000, pacotes até 2 quilos 315 cada 50 grammas, e mais 540 para registro em cada pacote. Ilhas—Encomendas postais, 6 quilos 6000. Brasil e Países da União Postal—Pacotes de 2 quilos 6550. América do Norte—Pacotes até 5 quilos, 6550.

Há duas revoluções a fazer: Uma nos espíritos e outra nas ruas. A segunda depende da primeira.
—Um revolucionário que não está de como um barco sem piloto.
—Eduquemo-nos e instruíamo-nos antes de pretendermos educar e ensinar os outros.
—O livro é o alimento espiritual do homem que deseja instruir-se.

Publicações sociológicas

Organização Social (Sociologia)	5000	5000
Antonielli—A Rússia do povo	1000	1000
A Comunidade	500	500
A maçonaria e o proletariado	500	500
Porque não creio em Deus	500	500
O proletariado histórico	500	500
Sciencia Luxi	500	500
O Socialismo e os intelectuais	500	500
Brand—A greve geral	500	500
Bacunine—No sentido em que	500	500
Carlos Rastou—A situação do	500	500
proletariado—Porque não creio	500	500
em Deus	500	500
Chapman—Como não se anar-	500	500
quista	500	500
Dr. Albert—O amor livre	500	500
Montent—Contra o confusão-	500	500
mo	500	500
Dalour—Quilocalismo e a pró-	500	500
xima revolução (2 vols.)	500	500
Emilio Bossi—Cristo nunca	500	500
existiu (2 vols.)	500	500
Eliseu Rodus—A evolução da	500	500
religião	500	500
Eugenio—Amor e defesa	500	500
Geo. Williams—Relatório dos	500	500
delegados do S. W. W. ao	500	500
congresso da S. W. W. de Mos-	500	500
cova	500	500
Gladiator—A questão social	500	500
do Brasil	500	500
G. O. N. M.—Proclamação con-	500	500
stitucional	500	500
Justo Le Bon	500	500
As primeiras civilizações	500	500
da humanidade	500	500
Ensaio sobre a evolução da	500	500
guerra (2 vols.)	500	500
Suyau—Ensaio sobre a origem	500	500
da civilização	500	500
Educação e Hereditariedade	500	500
de Darwin	500	500
A Conferência da Paz e a	500	500
guerra	500	500
As condições da guerra mundial	500	500
o movimento operário	500	500
Grandes problemas da	500	500
psicologia socialista—Quar-	500	500
ta	500	500
A Crise do Socialismo	500	500

Henrique Leão—Os socialis-	5000	5000
tas	5000	5000
Heliodoro Salgado	5000	5000
Culto da imortalidade	5000	5000
Mentiras religiosas	5000	5000
Religião e a morte	5000	5000
Jean Grave	5000	5000
A sociedade futura	5000	5000
Asarquias e meios	5000	5000
O laicismo e a sociedade	5000	5000
João Bonança—O século e o	5000	5000
clero	5000	5000
Joseph J. Etkin—União social	5000	5000
distrital	5000	5000
Jules Guesde—A lei dos sa-	5000	5000
lários	5000	5000
Justus Ebert—O S. W. W.	5000	5000
na teoria e na prática	5000	5000
Kropotkin	5000	5000
A sociedade	5000	5000
A Anarquia, sua filosofia e	5000	5000
seu ideal	5000	5000
A grande revolução (2 vols.)	5000	5000
A moralização	5000	5000
Os pastores da guerra	5000	5000
O Estado e o seu papel his-	5000	5000
tórico	5000	5000
O espírito revolucionário	5000	5000
Lazare—A Liberdade	5000	5000
N. Lénine	5000	5000
Os Problemas do Poderes	5000	5000
Soviéticos	5000	5000
Landauer	5000	5000
A Social Democracia na	5000	5000
Alemanha	5000	5000
Manuel Roldos—Na linha da	5000	5000
guerra	5000	5000
Marx—O Capital (3 vols.)	5000	5000
Most—A Peste Religiosa	5000	5000
Nietzsche	5000	5000
Auto-Crítica	5000	5000
Genealogia da moral	5000	5000
Neno Vasco—Ao fradesma-	5000	5000
do	5000	5000
Conceição Antunes do Sin-	5000	5000
dacismo	5000	5000
A greve dos trabalhadores	5000	5000
Novos estudos da concepção	5000	5000
da mulher	5000	5000
Pataut e Pouget—Como lar-	5000	5000
reos revolucionários	5000	5000
Perfido de J. J. J. J. J. J. J.	5000	5000
Notas	5000	5000
Prat—Necessidade da Associa-	5000	5000
ção	5000	5000
Rossi—A sugestão e a mudi-	5000	5000
cação	5000	5000
Sebastião Faure—O problema	5000	5000
da existência de Deus	5000	5000
Tomada Fonseca—Sermões	5000	5000
de Montaigne	5000	5000

Protesty—Constituição Politi-	5000	5000
ca da República dos Soviets	5000	5000
Um de Nós—A Canção	5000	5000
Obras de literatura, ciência	5000	5000
e ensino	5000	5000
Alexandre Merculano	5000	5000
O Monge de Cister (2 vols.)	5000	5000
A Arte e Narrativa Nova	5000	5000
lumes	5000	5000
Cartas (2 volumes)	5000	5000
Adolfo Lima	5000	5000
Contrato de Trabalho	5000	5000
Educação e ensino	5000	5000
O Ensino da História	5000	5000
Alfredo Neves Dias—Razão	5000	5000
(poema social)	5000	5000
Aquino Ribeiro	5000	5000
Anatole France	5000	5000
Estadística da Terra	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Viagem de S. Tiago	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000
O Fado (Teatro)	5000	5000
O Alcool e Gente Moça (Tea-	5000	5000
tro)	5000	5000
A Arte e o Ordinário	5000	5000
Benito Mantua	5000	5000